

Quando se fala em adoção de idosos, um clássico machadiano vem à tona: Dom Casmurro, em cujo enredo se acha a casa dos três viúvos, parentes entre si, que reciprocamente se assistem. Literatura à parte, há hoje no Brasil um sem-número de idosos abandonados à própria sorte, o que tem fomentado a possibilidade da adoção – eis, então, um grande desafio social. As opiniões, contudo, se dividem: parte da sociedade, firme no texto frio da lei, posiciona-se contra a adoção de idosos, ao fundamento de que à família é que compete zelar por eles; outra parte, mais lúcida, acena em favor da adoção, haja vista o caráter humanitário da medida. Assim, é tempo de as instituições atentarem aos mais longevos, suprimindo lacunas da legislação, com vista a torná-los atores sociais plenos de direitos.

Nesse sentido, para que a adoção do idoso se consuma, é preciso vencer um somatório de desafios, entre os quais recursos financeiros, disponibilidade e empatia – por motivos óbvios, tais atribuições competem à família. Entretanto, estudos assinados por gerontologistas, psicólogos e demais profissionais ligados às ciências sociais nos dão conta de que o número de idosos abandonados pela família tem crescido vertiginosamente nos últimos anos. Nesse ínterim, repudiam-se posicionamentos contrários à adoção, tendo em vista o perfil, muitas vezes, criminoso e incorrigível da família que torna invisível seu próprio idoso.

Enquanto isso, considerando o caráter humanitário da adoção, ministérios e casas legislativas têm trabalhado incansavelmente para vencer outro desafio: o aprimoramento das leis, a fim de que o processo de adoção de idosos desassistidos seja aperfeiçoado. Ora, os mesmos telejornais que nos dão conta de que as casas de repouso estejam superlotadas, nos dizem também que há famílias dispostas a adotarem idosos, as quais encontram embaraços jurídicos para que a adoção seja finalizada. Nesse ínterim, é inegável que a população idosa precisa contar com atitudes mais pontuais, a fim de que medidas, como a adoção, sejam concluídas – por vezes, esse é o último desejo do idoso desamparado. Para além da ficção machadiana, idosos, viúvos ou não, devem ser mais bem assistidos.

Portanto, para transpor os desafios em torno da adoção de idosos, representantes das diversas esferas sociais devem agir em parceria: às escolas, por meio da inserção do tema nas diversas áreas humanas, cabem conscientizar os alunos acerca da necessidade de assistir os idosos, quer da família, quer do convívio social, a fim de que, no futuro, o cuidado com o idoso não seja objeto de discussão, mas de consenso. Por seu turno, as casas legislativas devem promover audiências públicas, instrumento de participação popular, com a finalidade de discutir, aditar e, finalmente, levar à sanção presidencial projetos de leis pertinentes à adoção de idosos, até porque os dispositivos legais devem atender aos justos anseios sociais.

*Por Gislaíne Buosi*